ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº47, REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 1994.

Aos dezenove dias do mês de janeiro, do ano de mil novecentos e noventa e quatro às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob, a Presidência do vereador Renato José Schneider, estando ainda presentes os seguintes edis: Francisco Exner, João Adelmo Welter, Roque Danilo Exner, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach, Arlindo Vogel, José Führ e Agenor Eloir Schmidt. O Presidente declarou aberta a reunião e solicitou, de ime­diato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Mauro Moacir Diefenbach, a proce­dência da leitura da Ata da Reunião anterior. Colocada em discussão, foi a mesma aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Da FAMURS, boletim informativo; Da Câmara de Vereadores de Campo Bom, ofício cir­cular nº201/94, informando a nominata da Mesa Diretora eleita para o ano em curso; Do Poder Legislativo de Lindolfo Collor, of.001/94 ERK, informando a nominata da Mesa Diretora eleita para a presente sessão legislativa; Da Câmara Municipal de São José do Hortêncio, Of.002/94 ERK, informando a nominata da Mesa Diretora eleita para o presente período legislativo; Da Assembleia Legislativa, os jornais da Assembléia de nº6309 e nº6312; Da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS), carta informando que em anexo, à essa estava sendo enviado documento de Crédito, o qual serviria para o pagamento da anuidade, Plano Pecúlio e Reserva de Pou­pança dos vereadores para o exercício de 1994. Sendo ainda descrito na mesma, itens a serem observados referente ao pagamento da anuidade. Ainda da UVERGS Of. Circ.004/94-GP/SE, solicitando o preenchimento e devolução da ficha de cadastro, em anexo ao ofício, dessa Câmara, com a finalidade de rever, atualizar e regularizar o banco de dados da entidade. O vereador Roque Danilo Exner perguntou se o valor constante na carta era para ser pago por cada vereador. Sendo informado que seria para ser pago por cada vereador que quisesse se filiar. O vereador Arlindo Vogel perguntou se tinha vereadores associados no ano que passou. Se manifestando alguns edis, dizendo que haviam se filiado. O vereador Carlos H. Schaeffer mos­trou sua carteirinha, do ano passado. O vereador Roque D. Exner disse que a con­tribuição havia aumentado demais e que nesse ano não iria se filiar. O vereador Arlindo Vogel falou que a referida entidade estava acostumada a trabalhar com Câ­maras das grandes cidades, onde os vereadores recebiam altos salários, e por isso fizeram um preço tão alto para a anuidade. Ainda o vereador Arlindo Vogel falou que não havia a necessidade de os vereadores se filiarem, pois a Câmara estava. E que o que poderia ser feito seria a carteirinha de vereador do Município. O Pre­sidente da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider perguntou onde poderia ser feita a referida carteira. Sendo dito pelo vereador Arlindo Vogel que teria-se que pegar um modelo e fazer. Que ele traria a sua, quando vereador por Ivoti, junto, pois que nessa seria só necessário alterar a data e nome do município, tendo-se então já um modelo. O vereador Roque D. Exner falou que no Paraná os verea­dores tinham até um adesivo em seus carros, com o escrito Vereador. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que em Novo Hamburgo também tinham; Do Poder Executivo os seguintes ofícios: Of.nº007/Gab/94, encaminhando o Projeto de Lei que concede aumento salarial aos servidores municipais, e dá outras providências; Of.nº008/Gab/94, encaminhando o Projeto de Lei que cria o Conselho Municipal de Educação do Município de Presidente Lucena - RS; Of.nº11/Gab/94, que em resposta à solicitação do vereador Arlindo Vogel informa que a Prefeitura de Presidente Lucena recebeu do Ministério da Educação, no exercício de 1993, o valor de CR$57.078,39 e que com esse valor foi adquirido um Vídeo Cassete quatro cabeças e um televisor vinte (20) polegadas, destinados a uso em programas educativos já realizados nas

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº47 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 02

esco­las do Município. Ainda informa, que a Prefeitura contribuiu para a aquisição do material com CR$29.592,00.

ORDEM DO DIA

Foram votados os seguintes Projetos: Projeto de Lei Nº01/94, que aumenta o núme­ro de empregados isolados de provimento efetivo - Regime CLT -, e dá outras pro­vidências. O relator, vereador Agenor E. Schmidt, falou que só havia dois opera­dores e três máquinas, e ainda, o Prefeito pretendendo comprar um trator agrícola. Portanto seriam ocupadas quatro vagas das cinco. Que pela lei anterior foram criadas três vagas, só que um dos interessados na vaga de operador de máquinas, não tendo atingido o nível mínimo exigido e por isso que atualmente só tinha dois funcionários nesse cargo. Mas que pelo presente Projeto essa falta seria suprida. Em seu parecer se manifestou favorável. Sendo o projeto aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação; Projeto de Lei Nº02/94, que aprova o calendário de eventos do Município para o exercício de 1994, e dá outras providências. O relator, vereador Francisco Exner, disse que certamente todos haviam lido o projeto e referente ao Artigo 4º, em anexo estava toda a programação, mas que cada evento tinha seu programa, portanto seria o mesmo sempre divulgado no prazo estimado no referido artigo. E, em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. O vereador Roque D. Exner apresentou ainda na oportunidade uma emenda, pela qual sugeria que fosse incluído na programação do mês de julho, a Festa do Motorista. Já que em todos os outros Municípios era realizada essa festa. Colocada em votação a emenda, foi a mesma aprovada, na condição de o relator do Projeto, estudar juntamente com o Executivo a data para realização da festa, para não haver o inconveniente de a festa do motorista e do colono serem realizadas no mesmo dia. Em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação; Projeto de Lei Nº03/94, que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo, e dá outras providências. O re­lator, vereador José Führ, disse que o projeto deixava tudo bem claro e que era necessário investir na agricultura e que o resultado teria-se que apostar no estudante. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. O vereador Roque D. Exner disse que o Projeto tinha um artigo muito importante, no qual diz que o estudante tem que assinar um termo de compromisso. O vereador Arlindo Vogel falou que não poderia ser bem assim, pois poderia ser que surgisse uma ótima oportunidade de emprego e que o mesmo recebesse mais, não podendo então o mesmo ser obriga­do a permanecer na profissão para a qual estudara. Sendo comentado que o estudan­te sempre que assumia um compromisso, por um determinado tempo seria obrigado a trabalhar na profissão do estudo. O vereador Arlindo Vogel disse que isso não era bem assim, pois que a Igreja pagava os estudos para jovens que iam para os seminários, mas que muitos também não se formavam como sacerdotes e sim escolhiam uma outra profissão. O vereador José Führ falou que a Prefeitura de Ivoti, a vários anos, também pagou os estudos para jovens, que queriam fazer o curso de técnico agrícola no Município de Dois Irmãos, e que muitos também não seguiram na profis­são. O vereador Agenor E. Schmidt falou que também, em relação ao parágrafo único do artigo 5º. Pois como iria-se saber exatamente se o aluno tinha ou não condi­ções de pagar os estudos. O vereador Arlindo Vogel disse que ao certo não se po­deria saber, pois já em outras ocasiões em que foram feitas doações ou distribuí­do algo, muitos que tinham condições para comprar receberam gratuitamente. Mas que na opinião dele era válido o Projeto, só lamentando o fato de que no momento só havia um jovem interessado em fazer o curso. O vereador Arlindo Vogel disse que conhecia o jovem interessado e que a mãe do mesmo falara para ele que o pra­zo para confirmar se o rapaz iria fazer o curso era

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº47 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 03

domingo, dia 23 (vinte e três) de janeiro, do corrente ano. Sendo dito que certamente poderiam confirmar, pois não tendo nada de errado, o Projeto iria ser aprovado em segunda votação na próxima reunião. O Presidente disse que em relação ao projeto, teria-se que investir nessa área, pois que alguns dos vereadores eram agricultores e sabiam muito bem que muitas vezes um serviço não rendia pois faltava a técnica para desenvolvê-lo de maneira correta. E que no caso a escola poderia ensinar essa técnica. Colocado em votação o projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em primeira (1ª) vota­ção; Projeto de Lei Nº04/94, que cria o conselho Municipal de Educação do Municí­pio de Presidente Lucena-RS. O Presidente, antes do Projeto ser colocado em vota­ção, disse que antes do recesso só teria mais duas reuniões, a presente, e mais uma. E portanto se os colegas estivessem de acordo pediria para que o Projeto fosse colocado em votação na presente reunião. Estando todos os vereadores de acordo Sendo indicado relator, o vereador João A. Welter, o qual em seu parecer se ma­nifestou favorável ao Projeto. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade em primeira votação; Projeto de Lei Nº05/94, que concede reajuste salarial aos servidores Mu­nicipais, e dá outras providencias. O relator indicado, vereador Francisco Exner, falou que no Projeto já era fixado também o percentual de fevereiro, por causa do recesso da Câmara. E que o índice na opinião dele, estava na média da inflação e portanto seu parecer era favorável. O vereador Arlindo Vogel disse que estava um pouco em dúvida, pois não sabia se nesse mês já poderia ser votado o aumento do próximo. Que no tempo em que foi vereador por Ivoti, nunca apareceu um Projeto como esse, fixando o percentual do mês seguinte. O vereador Roque D. Exner disse que falou com vereador de Ivoti e que esse falara que naquele município seriam realizadas duas (2) reuniões extraordinárias. O vereador Arlindo Vogel disse que se tivesse algo de errado com o Projeto, o Presidente seria acusado, e que não queria que isso acontecesse. O Presidente pediu que o relator se informasse sobre a legalidade do Projeto. Em votação o projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação; Projeto de Resolução Nº01/94, que fixa a remuneração dos vereadores para o mês de janeiro de 1994. Sendo indicado relator desse o ve­reador José Führ, que em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Devido a algumas dúvidas, o Presidente pediu ao Assessor Legislativo que desse algumas explicações sobre o Projeto. Sendo dito pelo Assessor que a remuneração dos ve­readores era dividida em três (3) partes, sendo um terço (1/3), parte fixa, a qual o vereador recebia mesmo estando ausente nas reuniões, e dois terços (2/3) parte variável, essa o vereador só recebendo se comparecesse as reuniões. Ainda sendo a parte variável dividida pelo número de reuniões realizadas no mês pois se vereador faltasse a uma reunião iria receber descontado da parte variável uma parte. O vereador Mauro M. Diefenbach perguntou ao colega, vereador Arlindo Vogel, se ele havia recebido descontado uma parte quando da vez que não esteve presente uma reunião. Sendo dito pelo vereador Arlindo Vogel, que sim, que fora descontada. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que não existia parte fixa e variável, pois que quando da votação das reuniões extraordinárias fora anulado esse artigo. O vereador Arlindo Vogel disse que não foi anulado o artigo e que a forma de paga­mento era a mesma da Câmara de Vereadores de Ivoti. O presidente ainda leu na Lei Orgânica o parágrafo 5º do Artigo 22. O qual dizia que o salário dos vereadores seria dividido em parte fixa e variável. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que não sabia da legalidade de ser votado esse projeto pois que no de janeiro consta­va data e no de fevereiro não. Sendo concedida a palavra ao Assessor Legislativo, explicando esse que a data num dos Projetos foi descuido seu, pois que por certo não deveria constar data, pois a data só deveria ser

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº47 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 04

colocada na Resolução depois que o projeto tivesse sido aprovado. O vereador Arlindo Vogel pediu que a partir de março o Assessor Legislativo colocasse ainda a porcentagem do aumento no Pro­jeto. Após esses comentários, o projeto foi aprovado por unanimidade em primeira votação; Projeto de Resolução Nº02/94, que concede aumento salarial ao Assessor Legislativo. Como relator desse foi indicado o vereador Francisco Exner, o qual em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação; Projeto de Resolução Nº03/94, que fixa a remuneração dos vereadores para o mês de fevereiro de 1994. Sendo indicado relator  
do mesmo o vereador Arlindo Vogel. O relator disse que colocaria o Projeto em votação, mas que gostaria que o relator do Projeto de lei que concede aumento sala­rial aos servidores municipais, se informasse sobre a legalidade de ser votado o aumento já no mês anterior ao seu pagamento. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Colocado em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade em pri­meira (1ª) votação; Projeto de Resolução Nº04/94, que concede aumento salarial ao Assessor Legislativo. Como relator desse foi nomeado o vereador Agenor E. Schmidt, que em seu parecer se manifestou favorável ao mesmo. Sendo o projeto aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS

Fazendo uso da palavra, pediu o vereador Francisco Exner, que fosse enviada cor­respondência ao Executivo solicitando um estudo da viabilidade de ser instalado um telefone público (orelhão) quando da instalação dos telefones automáticos. Ain­da pediu que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras, solicitando que a rua que dá acesso à residência do Senhor Leonardo Karling, fosse arrumada. Também o vereador Agenor E. Schmidt pediu que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras solicitando que fosse arrumada e alargada a rua dos Fazendei­ros, como era popularmente conhecida. Ainda que fosse arrumada a rua que conduz à Vila Rica. O vereador Arlindo Vogel perguntou onde ficava a Rua dos Fazendeiros. O vereador Agenor E. Schmidt disse que a mesma interligava a Rua Presidente Lucena com o Balneário dos Enzweiler. Disse também que quando ela havia sido aberta, moradores das proximidades discutiram o nome que poderiam dar à rua. Sendo escolhido o nome de Rua dos Fazendeiros. O vereador Jose Führ falou que um avicultor chegou à ele perguntara como podia ser que a entrada dele não seria arrumada já que o verea­dor José Führ lhe havia falado que fora aprovado um projeto pelo qual poderiam  
ser arrumadas as entradas dos criadores de frangos. E que o Secretário de Obras lhe havia falado que o Projeto havia sido aprovado para o ano passado. Mas que ficava a dúvida de até quando era realmente válido o Projeto. O vereador Arlindo Vogel disse que no projeto teria que constar até quando era válido o projeto. Ainda o vereador José Führ, pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo soli­citando que fosse informado o número e nomes dos agricultores beneficiados com serviço de lavração de terras, a quantidade de horas trabalhadas e o valor pago por hora em dezembro, do ano passado, pelo colono. O vereador Arlindo Vogel disse que seu irmão, Roque Vogel, se inscrevera para ser beneficiado com o serviço, sendo lhe dito na ocasião que ainda tinha alguns agricultores na frente mas que logo ele seria atendido. Que após passado algum tempo, o referido munícipe de novo fora perguntar se não seria atendido em breve, sendo lhe dito pelo Secretário de Obras que ainda havia dois (2) ou três (3) inscritos em sua frente. Novamente após espe­rar por um longo período, seu irmão novamente perguntara ao Secretário de Obras, se ele não seria atendido logo, sendo lhe dito pelo mesmo que a Prefeitura não prestava mais o serviço, pois que haviam se esgotadas as horas aprovadas pela Câ­mara. O vereador Carlos H. Schaeffer disse que em Linha Nova Baixa também aconte­ceu de agricultor querer usufruir ainda do serviço e não sendo mais atendido por terem se esgotadas as horas. O vereador Arlindo Vogel disse que quando o Secretário de Obras falara que tinha ainda dois (2) ou três (3) na frente de seu irmão, demorou bastante tempo ainda até que quando fora dito que não tinha mais horas. Que era o Secretário de Obras, quem deveria ter o controle do número de horas disponíveis e se ele achasse que o Roque Vogel não iria ser mais atendido, teria que ter então falado, e não o ter deixado esperar. Pediu o vereador Arlindo Vogel, que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras pedindo esclarecimentos sobre o fato da demora. Ainda o vereador Arlindo Vogel pediu que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras pedindo esclarecimentos sobre o por quê de terem parado de arrumar as ruas da localidade de Picada Schneider. Uma vez que o Secretário de Obras havia falado que não iriam parar até que as ruas estivessem todas em bom estado de tráfego. Falou, o vereador Arlindo Vogel, que trabalharam na mencionada localidade por um tempo e parando, prometendo retornar na semana seguinte, só que haviam se passado duas semanas e que não retornaram. Ainda o Pre­sidente da Mesa Diretora, vereador Renato J. Schneider, pediu que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras, solicitando que fosse arrumada a estrada que conduz da localidade de Linha Nova Baixa para o Município de Lindolfo Collor. Ainda, em relação a declaração de bens dos vereadores, assunto já questionado na reunião anterior, o vereador Renato J. Schneider leu na Lei Orgânica o Artigo 15, o qual dizia que no ato da posse os vereadores deveriam fazer declaração de bens, as quais deveriam ficar a disposição do público, para conferência, durante toda legislatura. O vereador Arlindo Vogel disse que teria que ser feita a declaração todos os anos, pois que em Ivoti também sempre fora feita. O Presidente perguntou ao Assessor Legislativo, se o mesmo havia se informado sobre o assunto. Sendo di­to pelo referido, que se havia informado e pelas informações recebidas, os verea­dores teriam que fazer declaração de bens em cada sessão legislativa. O Presiden­te disse então que como a mesma teria que ser feita, seria bom cada vereador pro­videnciar a sua. O vereador Arlindo Vogel ainda por último disse que os Deputados também tinham que fazer declaração de seus bens, todos os anos. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário para o dia vinte e seis (26) de janeiro, do cor­rente ano, no mesmo local e horário. E, para constar, César Alberto Karling, As­sessor Legislativo, elaborou a presente Ata a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PRESIDENTE SECRETÁRIO